



**UDIPSS  
LISBOA**

UNIÃO DISTRITAL DAS INSTITUIÇÕES PARTICULARES  
DE SOLIDARIEDADE SOCIAL

Nº7 / SETEMBRO 2023



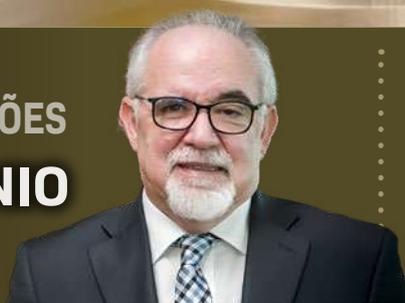
CONHEÇA A IPSS

**ASSOCIAÇÃO  
“O SALTARICO”**



# OE 2024 ESTE ESTADO DE ANSIEDADE

O SETOR SOCIAL  
E A COOPERAÇÃO – REFLEXÕES  
**OPINIÃO DE ANTÓNIO  
VIEIRA DA SILVA**



**EDITORIAL**

**NÃO SERVIMOS  
SÓ PARA A FESTA**

## NÃO SERVIMOS SÓ PARA A FESTA



**JOSÉ CARLOS BATALHA,**  
PRESIDENTE DA DIREÇÃO

Corro o risco de ser um pouco polémico ou até politicamente incorreto, mas aqui vai...

Quantas vezes, há quantos anos, em tantas circunstâncias, vemos os poderes políticos (sejam de que nível ou partido forem) a tomarem os louros do trabalho do Setor Social e Solidário?

Quantas vezes, nos discursos dos representantes desses mesmos poderes políticos ouvimos palavras de apropriação de iniciativas, festas, projetos, para os quais pouco ou mesmo nada contribuíram?

E quantas vezes, nesses discursos, falham (por desconhecimento ou omissão) as referências a apoios, ao papel que o Estado Central ou Local tem (ou deve ter) para com as Instituições Particulares de Solidariedade Social?

É certo que gostamos de ter os representantes desses “poderes” nos nossos eventos... afinal, somos todos parte do chamado Estado Social! Pena é que alguns só aparecem para a festa.

Deixo um pedido: interessem-se pelo que se passa nas comunidades, nos distritos em que são eleitos, conheçam as instituições e as respostas que têm ou que precisam ter, olhem pelas pessoas.

E deixo dois reptos: que o Orçamento do Estado traga boas e efetivas medidas para apoiar mais as IPSS e, através delas, reforçar o apoio às famílias cada vez mais necessitadas; que as IPSS sejam olhadas enquanto rede de meios humanos e técnicos que está no terreno, de norte a sul do país e ilhas, ao serviço do desenvolvimento integral da pessoa humana, cuja dignidade é o seu principal e primeiro valor.

Importa também continuar a dar voz a quem conhece e pensa sobre a Economia Social. E nesta edição apresentamos a opinião do ex-ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, José Vieira da Silva. Fala-nos sobre Cooperação. Um tema que nos é muito caro. ●●

## O ACORDO POSSÍVEL

No dia 6 de setembro, foi assinado um Memorando de Entendimento entre a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), a União das Misericórdias Portuguesas (UMP), a União das Mutualidades Portuguesas (UM) e a Confederação Cooperativa Portuguesa, CCRL (CONFECOOP) com o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS).

O acordo prevê a atualização de 11% nos acordos de respostas residenciais (lares e similares) e centros de dia e 8% de atualização nos acordos de SAD e nas demais respostas sociais.

O Memorando determina ainda a resolução para a questão das amas das creches familiares, que, desde 1 de outubro, estão incluídas num contrato de trabalho.

O presidente da CNIS, Lino Maia, considera que "este acordo é o possível". Prosseguem as negociações para o



© Solidariedade.pt

Compromisso de Cooperação 2023-2024, envolvendo os Ministérios do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, da Saúde, da Educação e das Finanças. ●●

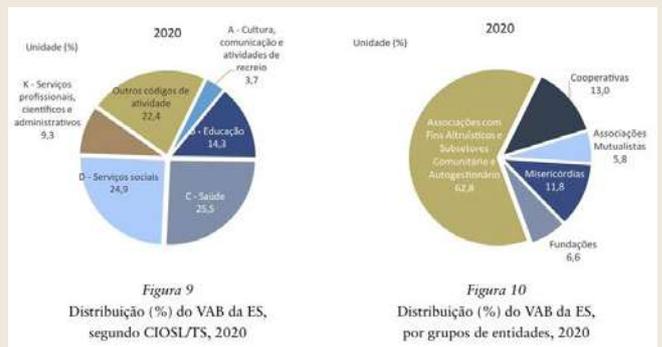
## A ECONOMIA SOCIAL VALE MAIS

A apresentação da Conta Satélite da Economia Social 2019-2020 deixou claro que o contributo da Economia Social é muito relevante, para os números da economia nacional e do emprego.

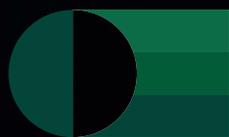
Os dados foram apresentados numa sessão realizada no Instituto Nacional de Estatística, no dia 6 de setembro.

### Alguns dados:

- O Valor Acrescentado Bruto (VAB) da Economia Social (ES) representou 3,2% do VAB da economia nacional, em 2020, e aumentou ligeiramente (0,4%), face a 2019.
- Entre 2019 e 2020, as organizações da ES foram responsáveis por 5,1% e 5,2% do emprego total e por 5,8% e 5,9% do emprego remunerado da economia nacional.
- A contribuição económica e do emprego, pelo Setor Social Solidário, avançou em contra-ciclo com a economia nacional.
- Em 2019, existiam 73.574 entidades da Economia Social, e, em 2020, eram 73.851.
- As instituições sem fim lucrativo ao serviço das famílias geraram quase 72% do total de Valor Acrescentado Bruto (VAB) da Economia Social
- A Área Metropolitana de Lisboa tem 23% das entidades da Economia Social. ●●



FONTE: INE/CASES (CONTA SATÉLITE DA ECONOMIA SOCIAL)



# ESTE ESTADO DE ANSIEDADE

**E**ste verso da famosa canção do António Variações traduz bem a expectativa com que recebemos a proposta de lei para o Orçamento do Estado para o ano 2024.

Sendo sentido por qualquer das organizações do Terceiro Setor Social Solidário e, certamente, do conhecimento de qualquer dos membros do Governo com responsabilidades nas pastas que cooperam connosco, que a inflação e o aumento dos custos salariais, sem o correspondente aumento das receitas decididas pelo Regulador que é o Estado, está a estrangular as Instituições a um nível muito grave.

Os pedidos de ajuda das instituições têm aumentado nos últimos dois anos. As mais pequenas dispõem de poucos meios para responder aos desafios financeiros que enfrentam, e as instituições maiores estão a afetar as suas reservas ao consumo corrente. A procura de soluções bancárias para apoio à tesouraria tem crescido, o que as vai afetar no futuro próximo, porque os juros elevados têm

de ser pagos, aumentando a despesa corrente.

Assim, compreende-se facilmente a ansiedade pelas respostas que o Orçamento poderia trazer.

E que respostas encontrámos, que promovam uma diferenciação positiva, para que as IPSS fiquem mais robustas e possam assegurar o pedido de apoio de famílias, que em catadupa nos chegam aos serviços administrativos e ao atendimento social?

Nada. Um vazio de propostas, de medidas de reposição de apoios em sede de TSU, IVA ou de outros impostos e taxas do que no passado nos foram retirados, ou um incremento de qualquer outro tipo de apoio.

Perdão, podemos estar a faltar à verdade, o que seria injusto para os nossos governantes. Na realidade, em todo o documento há dois registos de discriminação positiva que nos abrangerão. O que se espelha na alínea e) do artigo 37º e a alínea d) dos Artigo 49º da Proposta de Lei do Orçamento para 2024. E do que se trata? Trata-se de isentar

do novo imposto sobre os sacos de plástico leves e muito leves e as embalagens alimentares descartáveis, que sejam utilizados em contexto social ou humanitário, nomeadamente, na distribuição social de alimentos ou no combate ao desperdício alimentar, por instituições de solidariedade social e ou outras entidades nos casos em que procedam à doação de refeições.

Muito obrigado, senhores governantes, por nos evitarem mais uma despesa para apoiar quem está fragilizado no nosso Portugal.

Tirando este nobre registo, não se vislumbra que este ano se consiga inverter o desaire financeiro das IPSSS. Talvez pelo meio dos muitos milhões de crescimento da despesa estejam inseridos valores para apoiar as IPSS, esperemos que sim e que sejam montantes dignos.

Note-se que, em 2023, só em setembro foram conhecidas em rigor as variações aos acordos de cooperação para este mesmo ano. Senhores políticos, a gestão das IPSS é algo que levamos muito a sério. Elaboramos e aprovamos em novembro orçamentos para o ano seguinte. Neles contemplamos os custos aumentados da massa salarial, cerca de 2/3 dos custos de funcionamento, e a inflação prevista que afeta o restante 1/3 dos custos. Mas no que se espera

receber, a incógnita mantém-se porque não há qualquer mecanismo que reflita automaticamente uma variação dos acordos em função da variação dos fatores que constituem os custos das respostas sociais, o que, na realidade, devia acontecer, deviam existir atualizações automáticas.

Consideramos normal e salutar que fique uma parte das variações dos acordos para fazer face a medidas de políticas sociais, a incentivos para determinar outros caminhos que os governantes decidam ver traçados e que em sede da “negociação” anual com o Setor sejam definidos.

Mas o orçamento do Estado deve assegurar uma atuação mais saudável e sobretudo assegurar uma gestão menos ansiosa dos Corpos Dirigentes das IPSS.

De novo, o Setor Social Solidário depara-se com uma situação desafiante, onde o Estado Português coloca em Estado de Ansiedade e de Angústia dezenas de milhar de dirigentes voluntários do país que asseguram a gestão diária das IPSS e pelas quais incorrem em responsabilidades civis e criminais.

2024 será novamente um ano em que o Setor vai exigir uma mudança, desta vez para melhor, em aspetos essenciais para aquela que é a resposta do Estado Português à população que recebe apoio social. ●●



**António Carlos César**  
Vice-presidente  
UDIPSS Lisboa



## O QUE DIZEM OS AUTARCAS?

**Continuamos a ouvir os autarcas sobre o processo de transferência de competências da área Social, concretizado em Abril deste ano. Nesta edição, apresentamos as respostas do presidente da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, José Alberto Quintino.**

### **O que muda com a Transferência de Competências no domínio da Ação Social, no seu concelho?**

O Município de Sobral de Monte Agraço há muito que estrutura e concretiza uma política de proximidade com a sua população, em estreita ligação e ou articulação com as entidades do setor social.

Nas suas grandes opções e no seu dia-a-dia, identificámos, como condição do nosso serviço público, a área da coesão social enquanto eixo de intervenção estruturada que, por sua vez, se dimensiona em áreas mais específicas.

No conjunto dos nossos projetos, mesmo sem a transferência de competência consumada, há a registar o trabalho de luta contra a Pandemia, ou projetos como, por exemplo, o Sobral SOS Alimentar (programa de entrega de bens alimentares a famílias em situação de vulnerabilidade social), o Programa ABEM – Rede Solidária de Medicamento (programa de apoio na aquisição de medicamentos), a Loja Solidária e os vários fundos de emergência social, entre outras respostas estruturadas na ação social escolar.

Neste sentido, em todas as nossas áreas, olhamos para o território, nas suas múltiplas características, afetando, na medida das nossas capacidades, os recursos e meios necessários, de uma forma participada.

Concretizando-se, por um lado, a articulação interinstitucional sempre foi, e continua a ser, essencial na resposta municipal e na promoção da coesão social do concelho, o processo de transferência de competências na área da Ação Social reforçou ainda mais a necessidade de continuidade dessa ágil articulação. Porém, não pode ser escamoteada a forma como este processo foi, e continua a ser efetuado, de forma imposta e com muitas indefinições. Não obstante as muito úteis e produtivas Comissões de Acompanhamento, entre a equipa do Instituto da Segurança Social e a equipa técnica municipal de intervenção social, o processo



de transferência de competências do Poder Central para o Poder Local, implicou uma evidente sobrecarga de trabalho, não só administrativo, com acesso a novas plataformas digitais e processos de formação contínua, assim como a assunção de novas problemáticas e áreas.

Conclui-se, assim, que além das áreas da competência municipal, muitas destas novas áreas agora assumidas acarretam uma sobrecarga de trabalho para os municípios, além de desfigurar o quadro de autonomia e de responsabilidades entre a Administração Local e a Administração Central.

### **Como irá ser articulada a nova competência da autarquia com os dirigentes, atividades e valências do Setor Social no concelho?**

Apesar de ser pública a nossa opinião desfavorável ao

processo, iniciámos um quadro de preparação e de adaptação para a nova realidade, garantindo o reforço, a qualificação e a formação de recursos humanos, para que a população não ficasse sem respostas e ou incapacitada de aceder às meios sociais de apoio, que se mantêm e que devem continuar.

Aproveitámos o capital de experiência da nossa Rede Social que, apesar da limitação de meios, tem tido um papel e função sociais de grande relevo, atuando nas diferentes áreas e respondendo às carências da população.

Portanto, estruturámos, num curtíssimo espaço de tempo, as equipas para o serviço de atendimento e acompanhamento social e para o núcleo de intervenção social, no sentido de evitar disrupções e ou interrupções das respostas entretanto transferidas.

Por outro lado, ainda, continuaremos a articular com os nossos parceiros sociais, de modo que as necessidades de situação de vulnerabilidade social sejam devidamente atendidas.

**“Apesar de ser pública a nossa opinião desfavorável ao processo, iniciámos um quadro de preparação e de adaptação para a nova realidade”**

**Prioridade (s) e/ou Desafio (s) para esta nova competência autárquica?**

O município de Sobral de Monte Agraço, respeitando o regime jurídico das autarquias continuará a exigir, junto do Poder Central / Tutela Ministerial, os meios imprescindíveis, sejam financeiros, sejam técnicos, para dar, de forma cabal e responsável, uma resposta no âmbito das áreas recentemente assumidas. Retirando partido do lastro de experiência acumulada dos nossos parceiros, reforçámos as dinâmicas dos vários grupos de trabalho da Rede Social, precisamente para atenuar os impactos do atual momento nacional, onde já são abundantes as evidências que ampliam as injustiças e ou a pobreza, a par da manutenção de todos os nossos meios de apoio à nossa população e aos seus mais vulneráveis, num direto compromisso enquanto município responsável e atento. ●●

**Engº José Alberto Quintino**

Presidente Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço



## 20º ANIVERSÁRIO URIPSS ALGARVE

A União Regional das Instituições Particulares de Solidariedade Social do Algarve celebrou o 20º aniversário, no dia 24 de julho, com um programa que incluiu uma sessão temática sobre Sustentabilidade e Recursos Humanos e um jantar convívio.

A festa contou com a presença do presidente da CNIS, Lino Maia, e do presidente da Assembleia Geral da CNIS e presidente da UDIPSS Lisboa, José Carlos Batalha.



Desafiámos o ex-ministro Vieira da Silva a escrever sobre o Setor Social e Solidário e a Cooperação. Aqui está o seu contributo para uma reflexão que se impõe urgente e necessária.

# O SETOR SOCIAL E A COOPERAÇÃO – REFLEXÕES

O setor da economia social e solidária é uma componente essencial da modelo social que, ao longo dos tempos, se tem consolidado em Portugal.

Esta afirmação, por tantas vezes repetida, poderá parecer redundante, até pelo facto de esta convicção ser largamente dominante na sociedade portuguesa. Mas ela merece ser revisitada com frequência.

Por um lado, para melhor compreender as características e a natureza do sector que explicam a sua importância. Por outro lado, para percebermos a forma com vem evoluindo e as dificuldades que vai enfrentando. Finalmente para avaliar de que forma o mesmo sector está preparado para enfrentar os desafios que as mudanças económicas e sociais tendem a colocar numa ótica prospetiva.

O setor das Instituições de Solidariedade insere-se no conceito mais vasto da Economia Social que a Constituição Portuguesa identifica como um dos três componentes da nossa estrutura económica, a par dos setores privado e público.

A sua marca distintiva mais forte, sem entrar em análises mais profundas, remete-nos para o facto de se tratar de atividades cuja propriedade e iniciativa são de natureza particular, mas o seu objeto de trabalho assume função de bem ou serviço de interesse público.

A defesa e aprofundamento destas características constitui, na minha visão, o fator decisivo da sua sustentabilidade e identidade.

Desde há várias décadas que o setor solidário tem desenvolvido a sua ação em ligação com as políticas públicas da responsabilidade do Estado. A estabilização do modelo de acordos de cooperação, nomeadamente com a celebração do pacto de Cooperação para a So-

lidariedade de 1996, vem permitindo um crescimento muito significativo do setor.

A dimensão do crescimento dos acordos de cooperação na área da Segurança Social é bem expressa no facto de a despesa pública associada ter duplicado em termos reais nos últimos 20 anos.

## UMA REDE CAPILAR DE ENORME DIMENSÃO

Uma característica fundamental da importância social da rede social solidária prende-se com a notável densidade territorial da mesma, presente nos concelhos e freguesias do país. Esta capilaridade é única no nosso tecido económico e social, não apenas pela sua dimensão, mas igualmente pelo facto de ser constituída por entidades autónomas e independentes.

Esta enorme presença no conjunto do território constitui um dos grandes contributos do setor quer pela sua resposta junto das comunidades quer pela presença em territórios de baixa densidade quer, ainda, pelo seu contributo para a criação e fixação de empregos em zonas em zonas com escasso dinamismo económico.

No entanto, a manutenção ou aprofundamento desta insubstituível função económica e social constitui um enorme desafio face à fragilidade estrutural de muitas dessas valências. Ao contrário do que acontece com outras atividades a profunda dispersão institucional torna difícil a exploração de economias de escala que racionalizem a gestão dos custos associados.

Apesar do esforço das estruturas associativas →

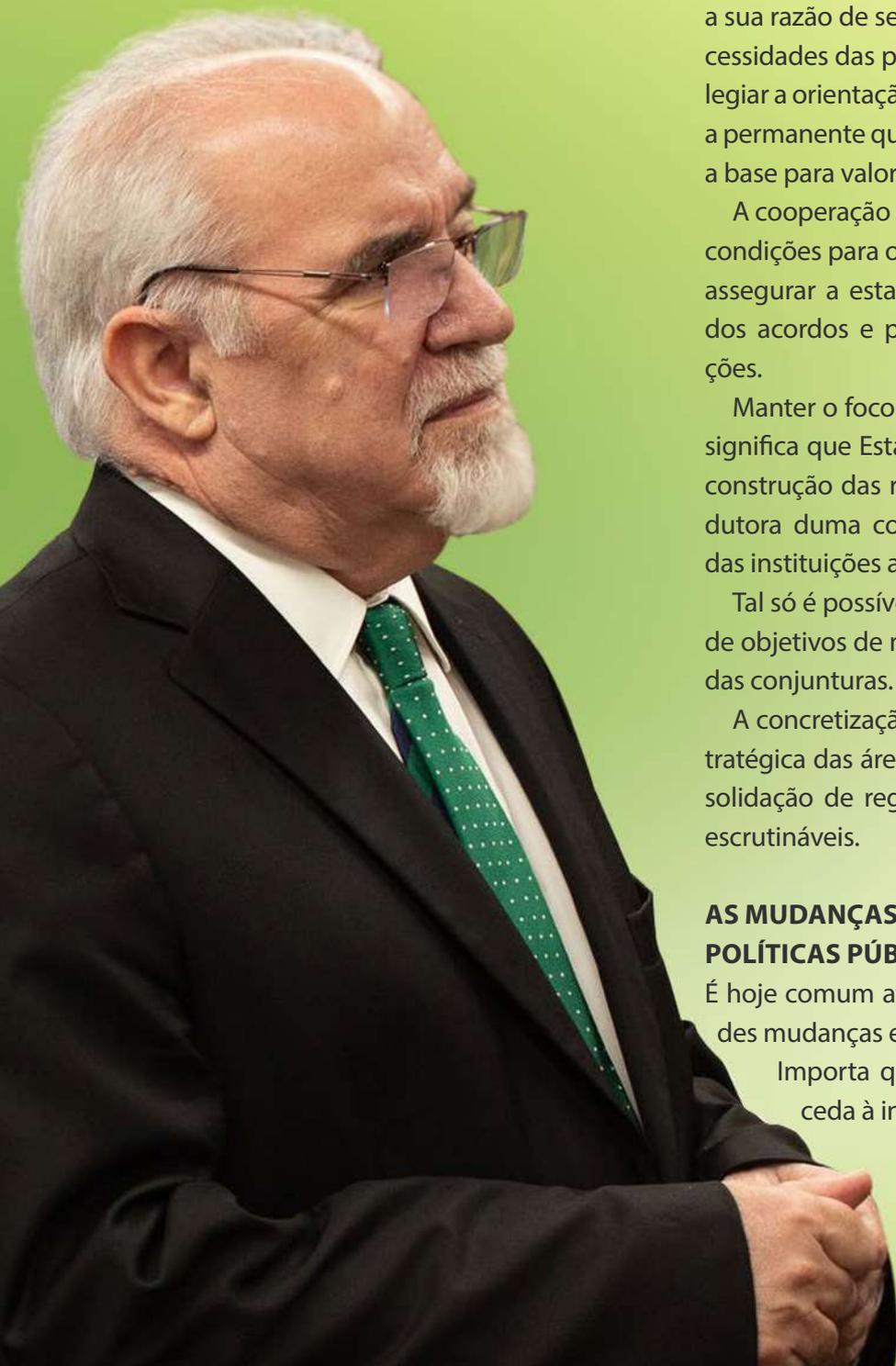


**JOSÉ ANTÓNIO  
VIEIRA DA SILVA,**

licenciado em Economia pelo ISEG e professor de Economia e Política Económica no ISCTE-IUL, foi deputado à Assembleia da República, desempenhou cargos governativos, nomeadamente Ministro da Economia, Inovação e Desenvolvimento (2009-2011) e Ministro do Trabalho Solidariedade e Segurança Social (2015-2019).

**“Desde há várias décadas que o setor solidário tem desenvolvido a sua ação em ligação com as políticas públicas da responsabilidade do Estado.”**

**“Manter o foco na promoção do desenvolvimento social significa que Estado e instituições devem ser parceiros na construção das respostas afastando a visão limitada e redutora duma contratualização de prestação de serviços das instituições ao Estado”**



e representativas das instituições de solidariedade há, ainda, um grande caminho a percorrer na construção de instrumentos de cooperação interinstitucional que contribuam para ganhos de eficácia e eficiência.

### **O PAPEL DA COOPERAÇÃO COM O ESTADO**

A originalidade do tipo de cooperação com o setor público não dispensa uma clarificação desta relação.

A base conceptual dos acordos de cooperação radicou no próprio conceito de cooperação.

O papel das instituições tem no serviço à comunidade a sua razão de ser. Garantir e melhorar a cobertura das necessidades das populações, manter viva a opção por privilegiar a orientação para os mais desfavorecidos e assegurar a permanente qualificação do serviço prestado constituem a base para valorizar permanentemente esse papel.

A cooperação com o Estado deverá garantir as melhores condições para o cumprimento da missão das instituições, assegurar a estabilidade e a previsibilidade da aplicação dos acordos e promover a sustentabilidade das instituições.

Manter o foco na promoção do desenvolvimento social significa que Estado e instituições devem ser parceiros na construção das respostas afastando a visão limitada e redutora duma contratualização de prestação de serviços das instituições ao Estado.

Tal só é possível com uma eficaz combinação de fixação de objetivos de médio prazo com resposta às dificuldades das conjunturas.

A concretização desta ambição traduz-se na escolha estratégica das áreas de investimento a privilegiar e na consolidação de regras de gestão dos acordos exequíveis e escrutináveis.

### **AS MUDANÇAS SOCIAIS E A EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS - DESAFIOS PARA O FUTURO**

É hoje comum afirmar que vivemos um período de grandes mudanças e de elevada incerteza.

Importa que esta realidade estimula a ação e não ceda à inércia.

Sem ambição de exaustividade julgo que é possível identificar quatro realidades que marcam esta mudança.

**Em primeiro lugar**, naturalmente, a pressão demográfica.

Ela desenvolve-se em particular nas dinâmicas de envelhecimento que, pela sua dimensão e proximidade, implicam um contínuo reforço das respostas sociais de integração social dos mais velhos.

Importa que o setor social mantenha a sua vocação para reforçar a rede das respostas institucionais clássicas que, não obstante as suas limitações, continuam a constituir uma dimensão estrutural da ação social.

Depois a diversificação das respostas que integra as preocupações com o avolumar quantitativo e qualitativo das dependências, com a prioridade da universalização do apoio domiciliário integrado onde a articulação da dimensão da saúde com a social se coloca como dos mais complexos desafios.

**Em segundo lugar**, a capacidade de valorizar dimensões de complementaridade entre o setor social, as políticas públicas setoriais e o poder local.

Esta é uma dimensão crítica, mas essencial. A centralidade que as competências municipais vêm a ganhar no plano social e a necessidade de rentabilizar os recursos implica que se reavalie a natureza deste “triângulo” que, sempre importante, ganha agora maior relevância.

A preocupação fundamental nesta mudança dos equilíbrios institucionais, julgo ser a de assegurar a maior equidade possível nos diferentes contextos territoriais.

**Em terceiro lugar**, parece muito relevante que alterações nas políticas públicas sejam acompanhadas por um envolvimento profundo do setor social.

Relevo imediato ganha o desenvolvimento do modelo de financiamento da valência creche com a decisão de assegurar o acesso universal e sem custos a estes equipamentos.

De novo a preocupação dominante neste tipo de situações reside na garantia de utilização racional dos recursos e na garantia que se minimizam oscilações no esforço das famílias entre os diversos patamares do acompanhamento social e escolar das crianças (creche, pré-escolar e básico).

**Em quarto lugar**, importa que o setor social se prepare para as mudanças que as tecnologias estão a pro-

duzir no acompanhamento social de segmentos frágeis da nossa sociedade.

O acompanhamento à distância é um dos passos que já está em desenvolvimento, mas decerto outros progressos estão já em preparação.

Nomeadamente no que respeita a todas as soluções que contrariem a institucionalização precoce podemos esperar um potente contributo de ferramentas de acompanhamento, avaliação ou alerta.

Muito do futuro do setor passará pela capacidade de encontrar um ajustado equilíbrio entre os investimentos de alargamento, de requalificação e de inovação.

Sempre com a certeza que as exigências sociais serão sempre crescentes.

Em dezembro de 2021 foi subscrito um novo Pacto de Cooperação envolvendo todos os atores relevantes.

Trata-se um importante avanço pela sistematização da ambição transformadora e pela definição de objetivos claros.

Existe uma elevada expectativa acerca da capacidade deste compromisso renovado, associado a importantes recursos de investimento, poder gerar um impulso da mesma natureza que o pacto de 1996.

Creio que para tal acontecer, para além do compromisso dos parceiros, é imperioso aprofundar o conhecimento sobre as realidades sociais e uma superior capacidade de avaliação do impacto dos programas em curso.

A participação das IPSS, bem como de outros parceiros, nessa permanente avaliação será decerto de elevada relevância.

**“importa que o setor social se prepare para as mudanças que as tecnologias estão a produzir no acompanhamento social de segmentos frágeis da nossa sociedade.”**



# ASSOCIAÇÃO “O SALTARICO”

**Localizada em Santo António dos Cavaleiros, em Loures, é uma IPSS com respostas sociais de Creche, Pré-Escolar, CATL e Apoio Alimentar.**

A Associação “O Saltarico” iniciou a sua atividade a 1 Outubro de 1975, de forma muito tímida, apenas com 30 crianças, fruto da boa vontade dos proprietários do edifício e de alguns moradores do mesmo que prepararam para o efeito as quatro lojas do local onde residiam. Em Julho de 1976 vê os seus Estatutos aprovados pelas entidades oficiais, sendo constituída como IPSS, passando a receber apoio do Estado para que pudesse prosseguir fins de Solidariedade Social.

É nesse ano que se constituem as três respostas sociais: Creche, Jardim-de-Infância e ATL. Nos anos seguintes procurou encontrar condições físicas para desenvolver as respostas sociais e ultrapassar as dificuldades inerentes a espaços físicos não adequados.

Em 2007 retoma “o sonho” de construção de sede nova, onde fosse possível abarcar no mesmo local todas as respostas sociais, espalhadas por três espaços diferentes e distantes entre eles.

Este processo leva alguns anos e só em Abril de 2012 dá início à construção de edifício, tendo terminado em Abril de 2013 e inaugurado em 13 de Junho do mesmo ano.

Este é um ano de viragem para a Instituição, a criação de condições adequadas para as suas respostas sociais permite o desenvolvimento de projetos de qualidade acrescida, potenciando as características da equipa e alcançando níveis de visibilidade e de reconhecimento por parte da comunidade e das entidades locais, nunca conseguidos até ao momento.

Neste ano redefine a missão, a visão e os valores como forma de marcar o novo rumo e clarificar os seus objetivos estratégicos.

### MISSÃO

Contribuir para o bem-estar físico e emocional de todas as crianças e famílias suas utentes/clientes, promovendo a sua integração social e comunitária, transformando o seu espaço num local de sã convivência e aprendizagem.

Pretendendo contribuir para a formação de cidadãos solidários e responsáveis, através de serviços prestados com excelência, qualidade e carinho.

### VISÃO

A Associação pretende ser uma instituição de referência na intervenção junto das populações, norteando a sua atuação na melhoria contínua das suas boas práticas e na procura de melhor qualidade dos serviços e condições físicas das suas respostas sociais.



Presidente da direção, Isabel Olivença, e diretora técnica, Margarida Oliveira



## VALORES

Dedicação e solidariedade

A Instituição realizou um percurso de crescimento significativo, tendo atualmente uma equipa de 53 funcionários, com cerca de 500 crianças nas diversas respostas.

A par das respostas na área da infância, apoia cerca de 35 famílias, num total de 85 pessoas com bens alimentares.

A Associação entende que o seu trabalho deve envolver a comunidade onde se encontra inserida e alargar as parcerias como forma de responder às necessidades locais. As parcerias formais e informais são fundamentais e pretendem transformar-se numa mais-valia para as IPSS do Concelho, sendo uma forma de rentabilizar recursos e canalizar sinergias.

Neste âmbito representa as IPSS's no Concelho de Loures em Conselho Local de Ação Social de Loures, integra a Comissão Social da União de Freguesias de Frielas e Santo António dos Cavaleiros. A diretora técnica integra o Nú-

cleo Executivo da Rede Social de Loures, é Conselheira suplente do Concelho Municipal de Educação, integra a Comissão Alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Loures.

Para o desenvolvimento das respostas sociais tem parcerias formais com Segurança Social, Ministério da Educação, Câmara Municipal de Loures, Banco Alimentar, Entajuda e Agrupamento de Escolas José Afonso

No ano em que comemora 10 anos de construção do edifício-sede e 48 anos de existência está no encalce de um novo “sonho”, a construção de um novo edifício para mais 74 crianças na resposta social de creche, um risco gigante agravado pelo contexto social e económico atual.

Os desafios atuais causam preocupações sérias, a sustentabilidade, a autonomia, a qualidade dos serviços, a manutenção dos corpos gerentes, a construção de edifício e, sobretudo, manter a chama da solidariedade. No entanto, a procura incessante em melhores e mais respostas para a comunidade são o motor de qualquer instituição, esta é a nossa chama, **mais e melhor.** ●●





## 12ª EDIÇÃO PRÉMIO ENVELHECIMENTO ATIVO DRA. MARIA RAQUEL RIBEIRO

A Associação Portuguesa de Psicogerontologia (APP) realizou, no dia 3 de Outubro, a 12ª edição do Prémio que distingue personalidades com 80 ou mais anos que continuam ativas na sociedade.

O Prémio, criado em 2012, tem as categorias de Intervenção Social, Arte e Espetáculo, Ciência e Investigação, Política e Cidadania, Ética e Saúde e Família e Comunidade. Já foram galardoadas 73 personalidades, a que se jun-

taram mais 10 da edição deste ano. Um dos galardoados foi o Engº Celso Madeira, de 90 anos de idade, ainda presidente do Conselho de Administração da CARM SA e gerente das empresas Menção Honrosa Lda. e Celso Madeira Serviços Agrícolas. O Prémio foi-lhe entregue pelo presidente da UIDPSS Lisboa, José Carlos Batalha.

A cerimónia decorreu na Sala de Extrações da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.



© FOTOS: APP



## XVI FESTA DA SOLIDARIEDADE

Este ano, a festa promovida pela Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade esteve no distrito de Portalegre, entre os dias 9 e 14 de Outubro.

A cerimónia da Chama da Solidariedade, no dia 14, contou com a presença do presidente da CNIS, Lino Maia, da ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho, de autarcas e convidados.

O presidente da direcção da UDIPSS Lisboa, José Carlos Batalha, também assistiu ao evento organizado pela UDIPSS de Portalegre, presidida por João Carlos Laranjo.





Seminário CNIS

## SEMINÁRIO “COMPLEMENTARIDADE ENTRE AS ÁREAS DA SAÚDE E AÇÃO SOCIAL NAS RESPOSTAS SOCIAIS DE ACOLHIMENTO”

O encontro foi organizado pela Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), no dia 24 de Outubro, e decorreu no Auditório da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Nas conclusões divulgadas pela CNIS lê-se, entre outros pontos, que “a articulação entre cuidados de saúde e de apoio social tem de ser efetiva, devendo todas as estruturas assegurar a continuidade e integração de cuidados sob pena de se continuar a duplicar esforços e a desperdiçar recursos”. O documento refere também que é impres-

cindível “a formação contínua e a garantia da comunicação entre os elementos da equipa, bem como entre esta equipa que cuida, a pessoa cuidada e as famílias”.

O seminário abordou também a complementaridade entre os três pilares: público, social e privado, sublinhando que “o setor social e solidário não pode ser considerado um recetor passivo das situações que afligem os setores públicos da saúde e da segurança social, mas deve ter um papel ativo na identificação das necessidades, de verdadeiro e efetivo parceiro na concretização das soluções”.



Vogal da Direção da CNIS e da UDIPSS, Maria João Quintela



Horácia Pedrosa, presidente da Assembleia Geral da UDIPSS Coimbra; Ricardo Mestre, Secretário de Estado da Saúde; Lino Maia, Presidente da CNIS



Gil Tavares, presidente UDIPSS Coimbra

Do encontro saiu “como grande desafio para o futuro a definição/celebração de um compromisso escrito entre saúde, segurança social e setor social e solidário que assuma formalmente a necessidade de concretização desta complementaridade”.

Na sua intervenção, na sessão de encerramento, o Secretário de Estado da Saúde referiu que “é possível quebrar os muros que têm existido entre a saúde e a segurança social. É possível fazer este caminho de complementaridade”. Ricardo Mestre avançou a possibilidade da Linha de Saúde 24 ficar aberta para as respostas sociais, designadamente nas ERPIS; e a intenção de continuar a investir na Rede Nacional Cuidados Continuados.

## SEMINÁRIO “DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA - QUALIDADE DE VIDA E INCLUSÃO”

Realizou-se, no dia 17 de outubro, na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, o Seminário organizado pela Fundação AFID Diferença.

O presidente da UDIPSS Lisboa, José Carlos Batalha, par-



ticipou no painel sobre o tema “Sustentabilidade das Respostas Sociais na Intervenção das Pessoas com Deficiência”.

## VISITA À COOPERATIVA OS AMIGOS DE SEMPRE

O presidente da Direção da UDIPSS Lisboa, José Carlos Batalha, que é também o presidente da Assembleia Geral da CNIS, visitou o Pólo Comunitário Os Amigos de Sempre, situado em Vale Figueiral, São João da Talha, no dia 22 de setembro.

No encontro com os dirigentes da instituição foram abordados “temas da atualidade social”, e foi “uma boa reflexão”, na opinião de Deolinda Machado.

Por seu lado, José Carlos Batalha destacou a “excelência das instalações” e considerou que o encontro “foi um excelente e muito rico momento”.



## LIVRO “O MENINO QUE CONSTRUÍA ESPANTALHOS” EXPLICA O MIELOMA MÚLTIPLO ÀS CRIANÇAS

“O Menino que Construía Espantalhos” é um livro infantil que pretende ajudar a explicar, de forma simples, como é viver com Mieloma Múltiplo. As palavras da escritora Sara Rodi e as ilustrações de João Maria Condeixa vão transportar-nos para a vida de Roberto, um menino que constrói espantalhos para ajudar a avó Vina a ultrapassar a doença

Este livro infantil pretende, de forma didática, sensibilizar os cuidadores ou seus familiares (inclusive os mais novos) para os sintomas e desafios por que passam os doentes de Mieloma Múltiplo e lembrar os benefícios do envolvimento e apoio familiar.

O livro será disponibilizado pelas Associações de Doentes e por médicos hematologistas e enfermeiros.

O Mieloma Múltiplo é o cancro das células plasmáticas, isto é, células que produzem anticorpos para protegerem o organismo contra infeções. O Mieloma Múltiplo afeta com maior frequência a medula óssea, embora possa afetar também outros órgãos, resultando em diferentes sinais e sintomas da doença.

Por ser uma doença rara, doentes, famílias e cuidadores dispõem de pouca informação clara e acessível que os ajude no seu caminho pelo tratamento do Mieloma Múltiplo, não obstante do trabalho realizado pelos profissionais de saúde e associações de doentes.

A Janssen Portugal, companhia farmacêutica do Grupo Johnson & Johnson, em parceria com a ADL (Associação de Apoio aos Doentes com Leucemia e Linfoma), a APCL (Associação Portuguesa Contra a Leucemia), a APLL (Associação Portuguesa de Leucemias e Linfomas), do Grupo Português do Mieloma Múltiplo (GPMM) e da Associação Enfermagem Oncológica Portuguesa (AEOP),

pretendeu simplificar uma doença complexa, de forma a ser facilmente entendida por todos os que são impactados.

A forma criativa de o fazer foi explicar a doença através da linguagem destinada às crianças, servindo de apoio a profissionais de saúde na educação e esclarecimento desta doença aos mais de 700 doentes diagnosticados todos os anos com Mieloma Múltiplo.



### AVISO CONVOCATÓRIO ASSEMBLEIA-GERAL

De acordo com os Estatutos desta UDIPSS, em particular o número 2 do Artigo 22º, convoco as Instituições Particulares de Solidariedade Social, para reunirem no próximo dia 18 de Novembro, pelas 09:30 horas, na Associação Beneficência “Casas de S. Vicente de Paulo” em Lisboa, Av. Marechal Craveiro Lopes, nº 10, com a seguinte:

#### ORDEM DE TRABALHOS

1. Discussão e a aprovação do Plano de Actividades para o ano 2024;
2. Apresentação e aprovação da Conta de Exploração Previsional e Orçamento de Investimentos para 2024;
3. Informações.

Se à hora atrás referida não estiver presente a maioria das Instituições associadas, a Assembleia funcionará trinta minutos depois com qualquer número de presenças.

Lisboa, 31 de Outubro de 2023

O Presidente da Mesa da Assembleia  
Horácio Félix

AGENDA

**OUTUBRO**

**Dias 9 a 14**

XVI Festa da Solidariedade, organizada pela CNIS, que este ano decorreu em Portalegre.



**NOVEMBRO**

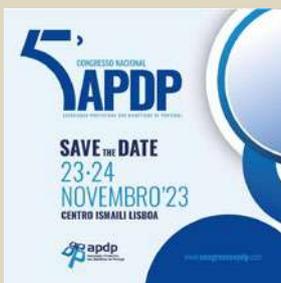
**Dia 16**

**DIA INTERNACIONAL DA TOLERÂNCIA**

Esta data, aprovada pela UNESCO, em 1995, visa promover o bem-estar, progresso e liberdade de todos os cidadãos, e fomentar a tolerância, respeito, diálogo e cooperação entre diferentes culturas, povos e civilizações.

**Dias 23 e 24**

5ª edição do Congresso Nacional da Associação Protectora dos Diabéticos de Portugal, em Lisboa



**Dia 26**

**21º ANIVERSÁRIO DA UDIPSS LISBOA**

**DEZEMBRO**

**Dia 18**

**DIA INTERNACIONAL DAS MIGRAÇÕES**

Data criada em 2000 pela Assembleia Geral das Nações Unidas, para lembrar as pessoas que decidem sair do seu país, forçadas ou de forma voluntária, à procura de uma vida melhor.

**42º ANIVERSÁRIO CURPISIA**

A Comissão Unitária de Reformados, Pensionistas e Idosos de Santa Iria de Azoia celebrou o 42º aniversário no dia 6 de outubro, com um almoço com os utentes do centro de dia.

O programa das comemorações incluiu também um passeio às salinas em Rio Maior e almoço-convívio em Aveiras de Cima.



**EXPOSIÇÃO “NÓS SOMOS A VOZ”**

De 15 setembro a 13 outubro, a exposição esteve patente na Praça do Rossio, em Lisboa. Integrada no programa de celebração dos 140 anos d’A Voz do Operário, a exposição divulgou rostos que fazem parte da sua história.



© Fotos: Facebook A Voz do Operário

**UDIPSS LISBOA**  
UNIÃO DISTRITAL DAS INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL

**ENTREVISTA**  
**PADRE LINO MAIA**  
Presidente da Conferência Nacional das Instituições de Solidariedade

**COMUNICAR MAIS E MELHOR**

**ENTREVISTA**  
**FÁTIMA MATOS**  
Diretora Adjunta do Centro Distrital de Engenharia Social de Lisboa

**ENTREVISTA**  
**DOM JOSÉ TRAUQUINA**  
Presidente da Comissão Especial de Política Social e Mobilidade Humana

**CONHEÇA A IPSS**  
**COMUNIDADE VIDA E PAZ**

**ESPECTÁCULO OCEANO AZUL - Dança Inclusiva**

**UDIPSS LISBOA**  
Nº 1 / MAIO 2022

**UDIPSS LISBOA**  
UNIÃO DISTRITAL DAS INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL

**ATUALIDADE**  
**QUANDO O SISTEMA FALHA**  
Das opções sobre a proteção de crianças e jovens em risco ou perigo

**CONGRESSO DA CNIS**  
Debate sobre o papel das IPSS nas Políticas Sociais

**CONHEÇA A IPSS**  
**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PSICOGERONTOLOGIA - APP**

**DE PESSOAS PARA PESSOAS**

**UIPSSDB BRAGANÇA COMEMORA 20 ANOS**

**UDIPSS LISBOA**  
Nº 2 / JUNHO 2022

**UDIPSS LISBOA**  
UNIÃO DISTRITAL DAS INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL

**CONHEÇA A IPSS**  
**ASSOCIAÇÃO DE BEM-ESTAR "CASAS DE SÃO VICENTE DE PAULO"**

**Inflação  
Crise  
Energia  
Preços  
Guerra  
Desafios  
Emergência  
Estratégia  
Pobreza  
Apoios  
Famílias**

**FESTA DA SOLIDARIEDADE / APP DISTINGUE PESSOAS ATIVAS COM MAIS DE 80 ANOS**

**UDIPSS LISBOA**  
Nº 3 / SETEMBRO 2022

**UDIPSS LISBOA**  
UNIÃO DISTRITAL DAS INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL

**CONHEÇA A IPSS**  
**ASSOCIAÇÃO ALZHEIMER PORTUGAL**

**REFORÇAR O NOSSO PAPEL**

**ENTREVISTA**  
**MARIA JOÃO QUINTELA,**  
PRESIDENTE APP, VOGAL UDIPSS LISBOA

**RECUSAR A "AUTARQUIZAÇÃO" DO SETOR SOCIAL**

**20**  
**UDIPSS LISBOA**

**UDIPSS LISBOA**  
Nº 4 / DEZEMBRO 2022

**UDIPSS LISBOA**  
UNIÃO DISTRITAL DAS INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL

**CONHEÇA A IPSS**  
**ASSOCIAÇÃO INVALIDOS DO COMERCIO**

**DAR A CONHECER O SETOR SOCIAL SOLIDÁRIO**

**ÁREA SOCIAL - JÁ PRESSO PARA AS AUTARQUIAS**  
**OPINIÃO DE LISBOA, MAFRA, VILA FRANCA DE XIRA E LOURES**

**NOVOS ÓRGÃOS SOCIAIS DA CNIS**

**20**  
**UDIPSS LISBOA**

**UDIPSS LISBOA**  
Nº 5 / MARÇO 2023

**UDIPSS LISBOA**  
UNIÃO DISTRITAL DAS INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL

**CONHEÇA A IPSS**  
**ASSOCIAÇÃO ELO SOCIAL**

**ESTADO AUTARQUIAS COOPERAÇÃO**

**PENSAR PARA MUDAR**

**O DESAFIO SOCIAL**  
**OPINIÃO DE LUÍS MARQUES MENDES**

**O QUE DIZEM OS AUTARCAS**  
**TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS DA ÁREA SOCIAL**

**UDIPSS LISBOA**  
Nº 6 / JUNHO 2023

Lançado em Maio de 2022, o Boletim da União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social de Lisboa procura retratar os temas que interessam ao setor da Economia Social. Conta com os contributos das IPSS's associadas que vão partilhando as suas notícias e iniciativas, também publicadas nas redes sociais da UDIPSS Lisboa.

O Boletim tem periodicidade trimestral e formato digital.

**UDIPSS LISBOA**  
UNIÃO DISTRITAL DAS INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL

**CONHEÇA A IPSS**  
**ASSOCIAÇÃO "O SALTARICO"**

**01 DE 2024**  
**ESTE ESTADO DE ANSIEDADE**

**O SETOR SOCIAL E A COOPERAÇÃO - REFLEXÕES**  
**OPINIÃO DE ANTÓNIO VIEIRA DA SILVA**

**EDITORIAL**  
**NÃO SERVIMOS SÓ PARA A FESTA**

**UDIPSS LISBOA**  
Nº 7 / SETEMBRO 2023



UNIÃO DISTRITAL DAS INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL

Rua Amílcar Cabral, nº7, r/c - D, 1750-018 Lumiar, Lisboa

21 758 1024 (chamada para a rede fixa nacional)

secretariado@udipss-lisboa.pt

Envie notícias e sugestões para o email: [udipss.lisboa.comunicacao@gmail.com](mailto:udipss.lisboa.comunicacao@gmail.com)

O Boletim da UDIPSS está disponível no site [www.udipss-lisboa.pt](http://www.udipss-lisboa.pt)

[www.udipss-lisboa.pt](http://www.udipss-lisboa.pt)

<https://www.facebook.com/UDIPSS.Lisboa.oficial>

[https://www.instagram.com/udipss\\_lisboa\\_oficial/](https://www.instagram.com/udipss_lisboa_oficial/)